

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS AMPLIA DEBATE SOBRE O PRECONCEITO



Veja também nessa edição:

- HSBC: Justiça anula alterações no plano médico pág. 2
- Compensação semanal das horas extras no Santander foi determinada pela Justiça pág. 2
- Bradesco: Sindicato esclarece sobre a ação do vale-transporte pág. 2
- Novos Convênios pág. 2
- Seminário no Sindicato destaca Funcef e PLS 555 ... pág. 5
- Ministro do Planejamento anuncia agenda para debater projeto do Estatuto das Estatais..... pág. 5
- Seminário em Pernambuco discute segurança bancária pág. 6
- PLR sem desconto do IR garante isenção ou descontos menores..... pág. 6

Você sabia que **1 a cada 6** homens pode ter câncer de próstata durante sua vida?

Então saiba que **9 a cada 10** casos têm chances de cura quando diagnosticados cedo.

Não deixe a saúde pra depois, o diagnóstico precoce pode salvar sua vida. Homens a partir dos **45** anos, procurem um urologista e façam o exame preventivo.



Sindicato dos Bancários do ABC apoia:

NOVEMBRO AZUL

mês de conscientização pela saúde do homem.

HSBC

Justiça anula alterações no plano médico

Ação do Sindicato garantiu manutenção dos moldes anteriores

A Justiça do Trabalho acatou ação apresentada pelo Sindicato e declarou nulas as alterações no plano médico do HSBC feitas pelo banco em 2013. Com a decisão, fica mantido o plano médico aos que estavam na ativa em janeiro de 2013 nos mesmos moldes anteriores. A sentença também determina que o plano seja restabelecido a eventuais excluídos e aos que se aposentaram e/ou foram dispensados.

O que o HSBC pretendia com a mudança era, basicamente, o não pagamento das contribuições mensais pelo trabalhador; aumento nas contribuições dos dependentes (para 6% do salário); cobrança da coparticipação a partir da primeira consulta; aumento da coparticipação para 20% do valor cobrado pela contribuição do funcionário e ainda cobrança por faixa etária aos desligados e/ou aposentados.

Consequências - O banco fez as alterações em decorrência da resolução nº 279/2011 da Agência Nacional de Saúde (ANS). Mas o fato de os trabalhadores não terem que pagar as contribuições mensais traz como consequências, no longo prazo, a exclusão e o impedimento de usufruir do plano após se aposentar. Isso porque, para ter garantido o plano médico, após a extinção do contrato para os aposentados, é necessário que este tenha contribuído com o mesmo por pelo menos dez anos. Com a desobrigação do pagamento, num futuro próximo não poderão continuar com o plano médico na forma vitalícia, como dispõe o art. 31 da Lei 9.656/98.

Na sentença também há margem para que o HSBC regularize a alteração pretendida; ou seja, o trabalhador pode ou não optar pela nova modalidade de cobrança. Assim, caso o banco envie algum comunicado pedindo adesão às mudanças do plano, o bancário deve imediatamente entrar em contato com o Sindicato.



SANTANDER

Compensação semanal das horas extras no Santander foi determinada pela Justiça

Sindicato obteve liminar em ação coletiva

O Santander enviou a seus funcionários uma circular com novas regras da compensação de horas. De acordo com a informação recebida pelo Sindicato, neste documento o banco afirma reconhecer que deve existir um equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional e, assim, orienta seus trabalhadores a compensar as horas extras dentro da própria semana.

Pois bem. É bom esclarecer que, na verdade, se isso realmente ocorreu, não se trata de nenhuma benevolência do banco: liminar concedida em ação coletiva do Sindicato dos Bancários do ABC determinou justamente que o Santander passasse a fazer as compensações dentro da própria semana.

Banco de horas - Nesta ação, a Justiça reconhece que a compensação de horas mensal que o banco fazia era ilícita, e o que de fato ocorria era um banco de horas. Mas um banco de horas tem que ser negociado com o Sindicato, e só pode ser implantado após a assinatura de um acordo coletivo.

Assim, a única forma de compensação que a Justiça admite é a semanal. A ação está com recurso do banco no Tribunal Superior do Trabalho. "Se ganharmos a ação, além de o Santander ser obrigado a realizar a compensação semanal também terá que pagar todas as horas extras que foram compensadas de forma ilícita", avisa o diretor sindical Ageu Ribeiro.



BRADESCO

Sindicato esclarece sobre a ação do vale-transporte

Valores serão calculados pelo banco até este mês, mas só depois de conferidos e homologados pela Justiça serão repassados aos trabalhadores

Como já noticiado, o Sindicato fez uma ação coletiva que obrigou o Bradesco a calcular o percentual de desconto de 4% do vale-transporte apenas sobre a verba denominada "ordenado". Por isso, o banco terá que devolver todos os valores descontados a mais em razão da incidência do desconto sobre outras verbas, como gratificação de função, gratificação e ajuda de custo de caixa etc.

O banco deverá devolver os valores retroativos até o ano de 2006, inclusive para os trabalhadores dispensados a partir de 2009. Além disso, desde junho deste ano o banco foi obrigado a fazer o desconto da forma correta diretamente na folha de pagamento.

O banco tinha até este mês de novembro

para calcular os valores que serão devolvidos aos trabalhadores e apresentá-los na ação, porém o Bradesco pediu mais 60 dias de prazo. "Esperamos que o juiz não conceda mais essa prorrogação. Para nós isso é tática pra ganhar tempo", disse Gheorge Vitti, diretor do Sindicato e funcionário do banco. "Para receber os valores, o Sindicato terá que conferir esses cálculos. Somente quando todos os valores estiverem calculados corretamente e a Justiça homologar é que o Bradesco será intimado a depositar o dinheiro em uma conta judicial, para então liberar aos trabalhadores", complementa Gheorge.

Não há, portanto, como prever quando ocorrerá o pagamento, mas certamente já estamos chegando na reta final.

NOVOS CONVÊNIOS

EDITORA

CENTRAL DOS CONCURSOS

Ensino e venda de material didático para concursos

Desconto de 8% para os cursos e 12% no valor das apostilas
Rua Barão de Itapetinga, 163
Centro - SP - Tel: 3017-8819

ANA LUCIA DA CONCEIÇÃO

PRODUTOS DE LIMPEZA

Produtos de Limpeza, acessórios e descartáveis
Desconto de 10% para todos os produtos
R. Maria da Glória, 199 - Jd. Belém -
Suzano - SP - Tel: 2815-1563

DOCUMENTTA VÍDEO E

FOTOGRAFIAS

Serviço de Filmagem e Fotografia
Desconto de 10% para todos os serviços
(11) 99824-6618 (21) 99387-5624
www.documentaaudiovisual.com.br

MAIS CONVÊNIOS: www.bancariosabc.org.br/convencios

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Mulheres marcham em repúdio ao racismo e ampliam debate no mês da Consciência Negra

Manifestação em Brasília representou marco histórico no País e chegou a ser atacada por golpistas; diretores do Sindicato marcaram presença

O 18 de novembro de 2015 representou um marco na história pela igualdade racial no Brasil. Milhares de mulheres negras, quilombolas, indígenas e valorixás abriram a primeira edição da Marcha das Mulheres Negras, em Brasília, e denunciaram a intolerância religiosa, a violência e o racismo. O Sindicato dos Bancários do ABC esteve presente com os diretores Inez Galardinovic, Itamar Batista, Rafael Lara e Natalino Fabbrini Filho.

“A sociedade só ficará bem quando de fato houver igualdade de raça e gênero, pois quando existe equilíbrio e participação de todos, todos acabam ganhando”, destaca a diretora Inez. As atividades em Brasília tiveram início às 9h, no Ginásio Nilson Nelson, com os manifestantes seguindo até o Congresso Nacional. Entre as reivindicações, o fim do extermínio da juventude negra, o repúdio à redução da maioridade penal e o grito pelos direitos das mulheres e mais políticas públicas para as negras.

Apesar de pacífico, o protesto foi atacado por golpistas que pedem a volta da ditadura militar no Brasil e estão acampados na Esplanada dos Ministérios. Eles chegaram a disparar tiros e provocaram tumulto, mas os integrantes da marcha não se intimidaram e seguiram adiante. Por volta das 14h, as mulheres ocuparam o



Sindicato dos Bancários do ABC esteve presente na marcha

Congresso Nacional aos gritos de ‘Fora, Cunha!’, já que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ao lado de outros políticos conservadores, representa o que há de mais retrógrado na política brasileira nos últimos anos. As participantes protestaram contra projetos de lei que restringem os direitos das mulheres, sobretudo das negras, de autoria de Cunha.

A falta de representatividade de negros na mídia, na política e no Judiciário também foi tema da manifestação. Por volta das 15h, a marcha retornou ao Ginásio Nilson Nelson, onde foram realizadas oficinas, shows e exibição de filmes. Também foram homenageadas personalidades negras como Dandara, Zumbi dos Palmares, Nelson Mandela, Carolina de Jesus e Lélia Gonzalez.

A marcha foi uma iniciativa de diversas organizações, entre elas, a CUT e coletivos do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro, além de contar com o apoio de intelectuais, artistas e ativistas. “Hoje (dia 18) as mulheres negras mostram para o mundo e para o Brasil nossa força e resistência. Dizemos ainda que queremos estar em todos os lugares. É importante marchar pela implementação de políticas públicas para as negras”, afirmou Nilma Lino Gomes, ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.



DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Preconceito é cotidiano e deve ser combatido

Os jornalistas da CUT que acompanharam a Marcha das Mulheres Negras ouviram expectativas e denúncias das participantes. Confira no texto abaixo:

Dona Aidée Nascimento, 61, candomblecista, do quilombo Portão, município baiano, está na luta contra a discriminação há vários anos, mas levou para a marcha esperanças de dias melhores. “Aos poucos estamos conseguindo a nossa fala e enfrentando a intolerância de todo tipo. Inclusive nos terreiros e nas comunidades quilombolas, onde ainda não conseguimos viver com dignidade”, disse.

A maranhense Amanda Costa, 21, viajou 30 horas e relata que foi vítima de racismo a caminho da marcha. Na estrada, ela saiu para almoçar com amigas e, ao reclamar da comida que estava estragada, a dona do restaurante chamou todas de macacas e que não deveriam estar ali. “Fomos reclamar como consumidoras e ela se irritou. Mas viemos para cá lutar contra essa senhora e contra a sociedade racista. Por mais que não admitam que são racistas, quando olham um menino negro na rua, atravessam de pista. É racista quando a polícia só aborda homens negros. Sou moradora da periferia de São Luís e vejo que os policiais não respeitam nem os estudantes vindos da escola”, ressaltou Amanda.

Para Andreia Roseno, da Marcha Mundial de Mulheres, a manifestação faz história no País, porque mostra que o silêncio não é mais uma realidade. “Não queremos mais conviver com as opressões do racismo, do patriarcado e com capitalismo que coloca a nossa vida de forma mercadológica”. Lara Silva, 22, do Rio de Janeiro, também foi marchar contra essas opressões apontadas por Andreia. “Estamos aqui contra o machismo, pelo bem viver, por mais condições de igualdade na saúde para nós, mulheres negras, as que mais sofrem com a violência obstétrica”, destacou.

Dia da Consciência Negra: para refletir e avançar

Melhorias ainda não conseguiram garantir igualdade

O 20 de Novembro, data da morte do líder Zumbi dos Palmares, do Quilombo de Palmares, é uma conquista histórica na luta contra a discriminação racial. Ele resgata o sofrimento dos negros ao longo da história, desde a época da colonização do Brasil, tentando garantir seus direitos sociais. Além disso, abre espaço para que personagens da história de origem afrodescendente também sejam celebrados e tenham destacada sua importância.

Apesar desse avanço, de políticas públicas específicas e de leis que combatem o racismo, os negros brasileiros ainda convivem com grande desigualdade em todos os setores. A situação é muito grave no que diz respeito à violência (praticada principalmente contra jovens negros) e para as mulheres. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2013, mais de 60% das mulheres assassinadas entre 2001 e 2009 eram negras. O Mapa da Violência 2015 divulgado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) aponta que, em um ano, morreram 66,7% mais mulheres negras do que brancas no País, o que representa crescimento de 54% em 10 anos.

Setor bancário - Nos bancos as mulheres continuam ganhando menos que os homens e os negros ainda são minoria, apesar de mais presentes. Esses foram alguns dos destaques apontados pela Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual da Contraf-CUT (CGROS) – formada por dirigentes de sindicatos de todo o País – após estudo dos dados do II Censo da Diversidade, fornecidos pela Fenaban em 2014.

A cor da nossa luta

por Fernanda Henrique



"Foi lindo, simplesmente lindo, ver mais de 30 mil mulheres negras, brancas, de luta que cantam e encantam ocupando as ruas da capital federal. O nosso movimento é legítimo. Gritamos por respeito, gritamos contra a violência, gritamos a favor da democracia. E decidimos gritar também: Fora Cunha! Por outro lado relembramos que pela primeira vez na história destes últimos 5 anos, o Brasil tem sido governado por uma Mulher, relembramos que só uma mulher de coração valente suporta a pressão de governar em meio a uma crise mundial, que em nosso país tem tido um peso ainda maior por se tratar de uma crise política que, a cada instante, tenta colocar em xeque a nossa tão sonhada democracia. E foi aí quando 30 mil pessoas encontram um pequeno grupo que tem a pachorra de pedir a volta da ditadura militar, que teve início os conflitos, onde toda a beleza feminina, onde todos os turbantes, brincos e batons ficaram encobertos pelo cinza das bombas e do uniforme dos PMs. Um conflito que nos deixou angustiadas pois enquanto 30 mil mulheres do Brasil inteiro marcham por mais direitos e respeito, outros tentam derrubar nossos direitos já conquistados. Pela democracia continuamos marchando com mais força e determinação. Fizemos da nossa marcha um dos momentos mais bonitos da história de nosso país. Primeira vez que as mulheres negras de todo Brasil, juntas, saem às ruas para dizer qual é a cor da nossa luta. Marcha contra o racismo eu vou, Marcha contra a violência e pelo bem viver."

Fernanda Henrique é atriz, negra, mãe da Catarina e uma das organizadoras da caravana de Ribeirão Pires integrante da Marcha



FUNCEF

Seminário no Sindicato destaca Funcef e PLS 555

Participação de empregados da Caixa foi expressiva

O Sindicato sediou, no último 18 de novembro, seminário que teve como temas centrais a Funcef e a defesa da Caixa 100% Pública. O encontro, que teve o apoio da SR ABC, contou com participação expressiva de bancários da Caixa e com palestra do conselheiro eleito Luiz Antonio Fermino, que apresentou balanço da situação financeira da Funcef.

Foi discutida a nova ameaça à Caixa 100% Pública, o chamado 'Estatuto das Estatais', que coloca em risco a autonomia e o papel das empresas públicas e, na prática, abre caminho para sua privatização (veja mais sobre o assunto em matéria nesta página), sendo necessário promover o debate com toda a sociedade. Já a questão da Funcef foi amplamente discutida após a exposição de Fermino, com esclarecimentos, sugestões e opiniões sobre a atual política de investimentos do fundo de pensão. "Eventos como esse têm como principal objetivo esclarecer, desmistificar e trazer informações verídicas sobre nosso 'mundo caixa'", destaca o diretor sindical Jorge Furlan.



Funcionários da Caixa participam do Seminário; no destaque mesa com a presença do conselheiro eleito, Luiz Antonio Fermino

ESTATUTO DAS ESTATAIS

Ministro do Planejamento anuncia agenda para debater projeto do Estatuto das Estatais

Reunião integra série de iniciativas que vêm sendo promovidas por entidades; mobilização deve ser intensificada

A tentativa de retirar o caráter de urgência na votação do projeto do Estatuto das Estatais (PLS 555) e levar a discussão à sociedade ganhou mais força no último 18 de novembro, quando foi realizada reunião entre o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa; o secretário de Relações de Trabalho do Ministério, José Lopes Feijó, e integrantes da CUT, Fenae e sindicatos de petroleiros, bancários, urbanitários e trabalhadores dos Correios. A representante dos empregados no CA da Caixa e diretora do Sindicato, Maria Rita Serrano, participou do encontro, que integra série de atividades já realizadas com o mesmo objetivo.

"O ministro se comprometeu a montar uma agenda de trabalho conosco e a intermediar a relação com o Congresso para sensibilizar os parlamentares da necessidade de acertos no PLS. A reunião foi positiva, mas continua necessário ampliar a mobilização, pois só ela pode garantir avanços de fato", apontou Rita. Na sua avaliação, entre os problemas do PLS está o 'vício de iniciativa', já que questões dessa natureza devem ser propostas pelo Executivo, além da transformação de toda empresa pública em sociedade anônima, o que na prática abre as portas para a privatização. "Já na próxima semana nos reuniremos com o Ministério e vamos empreender todos os esforços para sensibilizar o presidente do Congresso, Renan Calheiros, a retirar a urgência", antecipou. O ministro designou dois assessores diretos para conversar com as entidades e definir a agenda conjunta. O grupo será formado por quatro pessoas, sendo representantes dos trabalhadores Maria Rita Serrano e o presidente



Maria Rita Serrano e o presidente da Fenae, Jair Ferreira, entregam pauta com alterações no PLS ao ministro Nelson Barbosa (esq.)

da Fenae, Jair Ferreira.

As entidades que alertam para os riscos do PLS 555 já realizaram debate, ato e audiência pública para esclarecer sobre o projeto. "Definitivamente, o PLS 555 não interessa aos brasileiros e ao futuro do seu patrimônio", afirmou Ferreira. Sem destaque na mídia e tramitando quase na surdina, o PLS 555/2015 coloca em risco o caráter, a autonomia e o papel das empresas estatais.

SEGURANÇA

Seminário em Pernambuco discute segurança bancária

Realizado no último dia 17, em Pernambuco, o Seminário Nacional sobre Segurança Bancária reuniu profissionais de diversas áreas para discutir e estabelecer ações que possam ajudar a solucionar a grave situação de insegurança bancária no Brasil.

O presidente do Sindicato, Belmiro Moreira, e o diretor sindical Elson Siraque, que também é membro do Coletivo Nacional de Segurança da Contraf-CUT, participaram do evento. "A realização desse seminário tem uma importância fundamental para os bancários, pois foram discutidas questões de segurança que envolve o dia a dia do trabalhador que, além de sofrer com a pressão do trabalho ainda convive com o medo de assaltos e outros tipos de violências", disse Elson.

A lei federal de segurança bancária é de 1983 e não atende mais a realidade. "Essa lei não garante a segurança dos bancários e dos clientes, portanto precisa ser atualizada com urgência exigindo outros equipamentos e medidas de segurança mais atuais", finaliza o diretor do Sindicato.



Belmiro Moreira, presidente do Sindicato e Elson Siraque, diretor do Sindicato e membro do Coletivo Nacional de Segurança da Contraf-CUT, participam do Seminário

Outros temas debatidos no Seminário foi a implementação do projeto-piloto de segurança em mais duas cidades brasileiras e o aumento no número de investidas criminosas a banco em todo Brasil.

"A participação nesse seminário é muito importante pois foram discutidas as legislações, analisados os avanços conquistados e levantados os principais problemas. Estamos atentos para qualquer ameaça de retrocesso", disse Belmiro Moreira.

PLR

PLR sem desconto do IR garante isenção ou descontos menores

Conquista da categoria veio em 2013; confira valores

A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) sem desconto do Imposto de Renda (IR) foi uma conquista da categoria bancária ao lado de petroleiros, químicos, metalúrgicos e urbanitários. A mobilização resultou na lei 12.832, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em junho de 2013. Assim, 2015 é o terceiro ano seguido que a lei garante a isenção para determinado valor de PLR e, a partir dele, descontos progressivos.

Neste ano, com a correção em abril da tabela do IR em 6,5%, quem recebe até R\$ 6.677,55 está livre do imposto (no ano passado o limite da isenção era de R\$ 6.270). A partir desse valor, as alíquotas do imposto variam de 7,5% a 27,5%. Porém, é preciso atentar que, para a Receita, o cálculo é sobre 2015, o ano calendário (ano de referência dos recebimentos e despesas na declaração do imposto de renda). Portanto, para saber quanto será retido de imposto, é preciso somar o que se recebeu em fevereiro/março de 2015 (ou seja, a segunda parcela da PLR de 2014), com o que vem em novembro, referente à primeira parcela da PLR 2015. E 2015 tem um diferencial em relação a 2014, já que a tabela do IR foi corrigida em março com validade a partir de abril. Com isso, a primeira parcela da PLR, que veio entre fevereiro e março, teve isenção ou sofreu descontos com base na tabela de 2014. Mas o que vem agora já terá como base a tabela deste ano, corrigida em 6,5% (veja exemplos de cálculo nas tabelas).

Demitidos - Bancários que foram demitidos sem justa causa a partir de 02/08/2015 têm direito ao pagamento da PLR. Os que

foram desligados antes desta data ou pediram demissão durante o ano de 2015 apenas poderão receber por meio de ação judicial. Porém, para receber o adiantamento da PLR estes trabalhadores têm que solicitar por escrito ao banco, como previsto na CCT da PLR. A partir da solicitação, o banco tem 10 dias úteis para pagar. O modelo de carta para fazer o pedido pode ser acessado no site do Sindicato, pelo link: <http://www.bancariosabc.org.br/wp-content/uploads/2013/07/429.pdf>

TABELA 1 IR PARA A PLR - ATÉ MARÇO 2015			Alíquota	Parcela a Deduzir
Até	-	6.270,00	-	-
De	6.270,01	9.405,00	7,5%	470,25
De	9.405,01	12.540,00	15,0%	1.175,63
De	12.540,01	15.675,00	22,5%	2.116,13
Acima	15.675,01	-	27,5%	2.899,88
TABELA 2 IR PARA A PLR A PARTIR DE ABRIL DE 2015			Alíquota	Parcela a Deduzir
Até	-	6.677,55	-	-
De	6.677,56	9.922,28	7,5%	500,82
De	9.922,29	13.167,00	15,0%	1.244,99
De	13.167,01	16.380,38	22,5%	2.232,51
Acima	16.380,39	-	27,5%	3.051,54

Fonte: SeebSP